

PLANO DE CURSO

LANÇAMENTO FERRAMENTAS GALILEU, E-MENTA E AEGIS PELA ADMINISTRAÇÃO/LINOVA

 Inscrições até as 12h do dia **20-03-2025**, [neste link](#).



LANÇAMENTO DAS FERRAMENTAS GALILEU, E-MENTA E AEGIS PELA ADMINISTRAÇÃO/LINOVA

21-03-2025 (6ª-feira)
10h às 11h30

GALILEU
Otimização da produção de minutas de sentenças e votos, com a realização de leitura automática das petições iniciais e contestações, identificação dos pedidos e apresentação de resumos e sugestões de subsídios.

E-MENTA
Adequação do procedimento de confecção de ementas ao novo padrão estabelecido pelo CNJ, conforme a Recomendação 154/2024 e a Nota Técnica nº 7/2024 CI do TRT4. Visa padronizar e otimizar a elaboração das ementas, garantindo mais precisão, eficiência e uniformidade na divulgação das decisões judiciais.

AEGIS
Cruzamento entre o banco de dados do CNJ, contendo mandados de prisão em aberto, e as partes cadastradas no PJe, com o objetivo de garantir a segurança institucional e auxiliar no sistema de captura de foragidos ou indivíduos com mandados de prisão pendentes.

1,5 h/a Público-alvo: Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e de outros regionais.

Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 16 da Agenda 2030 da ONU

SisEjud Inscrições até as 12h do dia 20-03: <https://sisejud.trt4.jus.br/ejud/>

DATA/PERÍODO	21-03-2025 (6ª-feira)
HORÁRIO	10h - 11h30
FORMATO	Palestra ▾
MODALIDADE	Telepresencial ▾
LOCAL	EJud4 On-Line, onde será disponibilizado o link de acesso à sala Zoom.
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 e de outros regionais.
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	500
CARGA HORÁRIA	1,5 h/a
JUSTIFICATIVA	Eixo temático Galileu: necessidade de agilizar a tramitação dos processos de 1º e 2º grau de jurisdição, diminuindo o alto acervo de reclamações pendentes de julgamento; exigência de maior padronização e segurança jurídica na produção das sentenças e votos; e necessidade de formalização do uso da inteligência artificial nas etapas de produção de decisões judiciais, a partir da leitura de peças processuais e dados estruturados do processo.

	<p>Eixo temático E-menta: necessidade de adequar o procedimento de confecção de ementas dos processos judiciais ao novo padrão estabelecido pelo CNJ, por meio da recomendação 154/2024, bem como da Nota Técnica no 7/2024 CI do TRT4.</p> <p>Eixo temático Aegis: a ferramenta Aegis realizará o cruzamento entre o banco de dados do CNJ, contendo mandados de prisão em aberto, e as partes cadastradas no PJe, com o objetivo de garantir a segurança institucional e auxiliar no sistema de captura de foragidos ou indivíduos com mandados de prisão pendentes.</p>
EMENTA	Exposição para os(as) futuros(as) usuários(as), servidores(as) e magistrados(as), das informações mais relevantes sobre o histórico, funcionalidades, vantagens e a forma de navegação na ferramenta Galileu, bem como do procedimento de confecção das ementas nos termos da Nota Técnica no 7/2024 CI e da recomendação no 154/2024 CNJ e apresentação do piloto do sistema E-menta. Apresentação da ferramentas Aegis.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Desenvolvimento e conteúdos da ferramenta Galileu. Elementos operacionais. Utilização prática. Avaliação do uso. Conceito e função das ementas. Importância da padronização. Estrutura da ementa. Elementos essenciais. Desenvolvimento e conteúdo da ferramenta E-menta. Elementos operacionais. Desenvolvimento e conteúdos da ferramenta Aegis.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>Eixo temático Galileu: apresentação das funcionalidades da ferramenta Galileu no processo de confecção das minutas de sentenças e votos, ressaltando sua aptidão para reduzir o acervo de reclamações pendentes de julgamento e agilidade na prestação jurisdicional em 1º e 2º grau de jurisdição.</p> <p>Eixo temático E-menta: Apresentação aos servidores lotados em gabinetes do novo padrão de ementas adotados nos processos judiciais, nos termos da Nota Técnica no 7/2024 CI e da recomendação no 154/2024 CNJ e lançamento do piloto do e-menta.</p> <p>Eixo temático Aegis: a ferramenta Aegis realizará o cruzamento entre o banco de dados do CNJ, contendo mandados de prisão em aberto, e as partes cadastradas no PJe, com o objetivo de garantir a segurança institucional e auxiliar no sistema de captura de foragidos ou indivíduos com mandados de prisão pendentes.</p>
METODOLOGIA	Apresentação expositiva e interativa com o uso de slides, sendo apresentados casos práticos para discussão de conceitos fundamentais e estímulo à reflexão. A interatividade com o público dar-se-á por meio de perguntas e respostas.
AVALIAÇÃO	Avaliação de reação e avaliação de aprendizagem por meio de questionário objetivo, realizado no ambiente do curso.
CERTIFICAÇÃO	<p>Condicionala ao registro da frequência, à realização das atividades propostas e da avaliação de aprendizagem.</p> <p>- Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4: Terão direito à certificação aqueles(as) que acompanharem a atividade pela transmissão via <i>Zoom</i> e preencherem a avaliação tempestivamente. A frequência será computada pelo acesso ao link disponibilizado no ambiente do evento, na EJud4 On-Line.</p> <p>- Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais: Para aqueles(as) que assistirem a atividade pela transmissão via <i>Zoom</i>, com inscrição prévia pelo SisEJud, será disponibilizada uma declaração de participação, que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEJud.</p>
ACESSIBILIDADE	Serão oferecidos recursos de acessibilidade de acordo com as necessidades indicadas pelos(as) interessados(as) no momento da solicitação de inscrição no SisEJud.
FINALIDADES	<p>- Magistrados/as: Formação Continuada; Promoção por Merecimento.</p> <p>- Servidores/as: Adicional de Qualificação; Promoção.</p>
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.

Magistrados(as) do TRT4: Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro(a) magistrado(a) e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.